



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4985

**Presidente da Mesa Diretora:** Tarcísio Iran Rêgo

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta, não votados

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 08/06/1999

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/99. (REJEITADO). Dispõe sobre a concessão do serviço público de "Transporte Coletivo Urbano" no município de Montes Claros e contém outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 27.3

**Posição:** 06

**Número de folhas:** 10

---

Espécie: R  
Categoria: Pendentes  
CV: 27.3  
Ordem: 06  
nº fls: 07



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/99

AUTOR:

PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO:

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNI-  
PAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Caixa

### MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 08/06/99
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA
- 3 - VISTAS POR 3 DIAS LPA 10.06.99
- 4 - REGISTRADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - ~~10~~ DIA - EM 15.06.99
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

## PROJETO DE LEI N°

**Dispõe sobre a concessão de serviço público municipal e contém outras providências.**

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a delegar, por meio de concessão, mediante licitação, a prestação do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano neste Município, precedido ou não da execução de obra pública de construção, ampliação ou reforma do bem necessário à prestação do serviço.

**Art. 2º** - Poderão participar da licitação, sob a modalidade de concorrência pública e nos termos das Leis Federais N°s. 8666/93 e 8987/95, as pessoas jurídicas ou consórcios de empresas, desde que legalmente habilitados, reconhecidamente idôneos e em condições econômicas e financeiras para desenvolverem satisfatoriamente o serviço de que trata esta lei, com sua permanente adequação às necessidades dos usuários.

**Art. 3º** - A concessão poderá ser onerosa, prevendo remuneração em espécie ou sob a forma de serviços, obras ou transferência de bens ao município, observado o interesse público e conforme as condições previstas no edital de licitação.

**Art. 4º** - O Transporte Coletivo Urbano e demais serviços concedidos ou permitidos estarão sempre sujeitos às normas federais, estaduais e municipais.

**Art. 5º** - A prestação do serviço de que trata esta lei deverá ser feita de forma a satisfazer as exigências de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, bem como de modicidade das tarifas ou de equivalência econômico-financeira entre a remuneração permitida ao concessionário e o serviço concedido, quando for o caso.

**Art. 6º** - O prazo da concessão será de até 20 (vinte) anos, e deverá atender, em cada caso, ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor do investimento.



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

**Art. 7º** - A remuneração do serviço objeto da concessão de que trata esta Lei será feita através de tarifa cobrada do beneficiário, nos termos do contrato correspondente.

**Art. 8º** - A tarifa será fixada, reajustada e revisada segundo os critérios, condições e prazos constantes do edital e do respectivo contrato, observado o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, a legislação vigente e as normas regulamentares expedidas pelo Poder Público.

**Art. 9º** - Dentre as obrigações do concessionário estará implícita a de manutenção de próprios municipais e bens de uso público, nos casos em que estes estiverem necessariamente ou opcionalmente envolvidos no serviço concedido.


**Art. 10** - A concessão sujeitar-se-á à fiscalização por parte do Poder responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

**Art. 11** - A concessão, precedida ou não de execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, observadas as normas pertinentes à proposta vencedora e ao edital de licitação.

**Art. 12** - A Administração Municipal providenciará, quando e onde couber, a adequação das atividades concedidas com aquelas decorrentes de operações urbanas previstas em Lei Municipal.

**Art. 13** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros/MG, 21 de maio de 1999.

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
JUSTIÇA  
EM 09 DE JUNHO DE 1999  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

*É legal e constitucional.  
Vencido pracede*



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
REJEITADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 15 DE JUNHO DE 1999  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 21 de maio de 1999

**OFÍCIO Nº:** GP/133/99  
**ASSUNTO:** Encaminhando Projeto de Lei  
**SERVIÇO:** Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, submetemos à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano neste Município.

A constante redução de repasses de recursos e as grandes responsabilidades que vêm crescentemente sendo transferidas ao município, exigem do Administrador Público Municipal a busca de alternativas administrativas.

A delegação, por concessão ou permissão, dos serviços públicos, mediante licitação, objetiva que um maior número deles seja prestado a um contingente cada vez maior de pessoas, com preço mais acessível e melhor qualidade. A acessibilidade da população aos serviços públicos - pilar da cidadania, conta ainda em seu favor com o fato de serem os serviços concedidos ou permitidos objetos de regulamentação pelo Poder Público, a quem compete também fixar sua remuneração e promover a sua fiscalização, com a participação direta dos usuários.

A Constituição de 1.988 e a Lei Federal Nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, traçaram novas regras para a concessão e a permissão dos serviços públicos, exigindo dos municípios a revisão e adequação necessárias de sua legislação às prescrições federais, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços. É este um dos objetivos do Projeto de Lei incluso.

Outro objetivo é permitir que bens e serviços municipais possam ser realizados mediante parcerias que contemplem satisfatoriamente os cidadãos.




**PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

Gabinete do Prefeito

Esperamos que essa Edilidade, sensível à importância desta matéria, a ela dará o seu acolhimento e aprovação.

Atenciosamente,

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros



Exmo. Sr.

**Vereador Tarcísio Iran Rêgo**

D.D. Presidente da Câmara Municipal  
MONTES CLAROS-MG



# Câmara Municipal de Montes Claros

*Emenda Única*  
Emenda ao Projeto de Lei que Dispõe sobre a Concessão de Serviço Público Municipal e Contém Outras Providências.

Emenda Única:

Que Se Dê Nova Redação ao Artigo 2º do Referido Projeto de Lei:

Art. 2º- Poderão participar da licitação, sob a modalidade de concorrência pública e nos termos das Leis Federais Nº 8666/93 e 8987/95, as pessoas jurídicas ou empresas, desde que legalmente habilitados, reconhecidamente idôneos e em condições econômicas e financeiras para desenvolverem satisfatoriamente o serviço de que trata esta lei, com sua permanente adequação às necessidades dos usuários.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 15 de Junho de 1999

  
**Ivan José Lopes**  
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

REJEITADO EM DISCUSSÃO POR

**REGIME DE URGÊNCIA**

EM 15 DE JUNHO DE 1999

PRESIDENTE

João José Lopes  
Vice-Presidente

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 12 de Junho de 1999

Art. 2º - Poderão participar da iniciativa sob a responsabilidade de autoridade pública e nos termos das Leis Federais Nº 8666/93 e 8987/95, as pessoas físicas ou jurídicas, desde que legitimamente habilitadas, recomendar, elaborar, executar e controlar programas e atividades para desenvolverem satisfatoriamente o serviço de que fazem parte, com sua permanente adequação às necessidades dos usuários.

Que se dê vista ao Conselho de Administração de 12/6/99

Emenda nº 1/99

Emenda ao Projeto de Lei nº 1/99  
Municipal e Estadual (Câmara Municipal e Assembleia Legislativa)



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

*An. Comissão*

Emendas ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a concessão de serviço público municipal e contém outras providências.”

## EMENDA UM:

O artigo 3º do referido Projeto de Lei passa a vigorar com a seguinte redação:


Artigo 3º - A concessão deverá ser onerosa, com remuneração em espécie ou sob forma de serviços, obras ou transferência de bens ao município, observado o interesse público e conforme as condições previstas no edital de licitação.

## EMENDA DOIS:

O artigo 6º do referido Projeto de Lei passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 6.º - O prazo de concessão será de 10 (dez) anos, e deverá atender, em cada caso, ao interesse público e às necessidades ditadas pelo valor de investimento

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 15 de junho de 1999.

  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Emenda ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a concessão de serviço público municipal e contém outras providências.”

## EMENDA ÚNICA:

Que se acrescente ao artigo 9.º do referido projeto o seguinte parágrafo:


Parágrafo único - As empresas vencedoras do processo licitatório deverão manter em seus quadros de pessoal os funcionários das atuais operadoras do serviço.


## JUSTIFICATIVA

O quadro de pessoal das atuais empresas prestadoras do serviço, tanto no setor de operação quanto no administrativo e manutenção, constitui mão-de-obra de boa qualificação, com know-how adquirido ao longo dos anos. Pode, portanto, ser de grande valia a qualquer empresa que se qualificar para a prestação do serviço de transporte coletivo urbano em Montes Claros, ainda que sejam as atuais empresas as vencedoras do processo licitatório.

Com isso, pretendemos dotar o serviço de um quadro de profissionais experientes, além evitar o desemprego desses trabalhadores.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), 15 de junho de 1999.

  
Vereador Lipa Xavier  
PCdoB

  
Aldair Fagundes de Brito  
PT